
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA
OITAVA EMISSÃO DA BRASIL TELECOM S.A.**

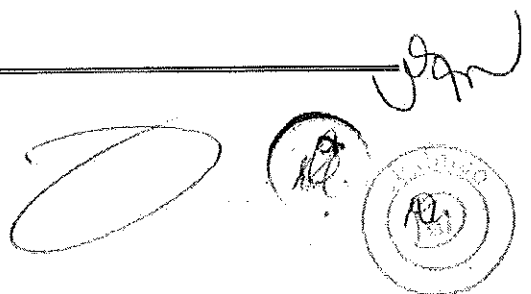
ENTRE

BRASIL TELECOM S.A.
(Emissora)

E

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
(Agente Fiduciário)

16 DE DEZEMBRO DE 2011

The block contains a handwritten signature in the top right corner. Below the signature, there are two circular stamps. The left stamp is a simple circle with a signature inside. The right stamp is a circular official seal with the word "BRASIL" at the top and a signature in the center.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA OITAVA EMISSÃO DA BRASIL TELECOM S.A.

São partes neste “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oitava Emissão da Brasil Telecom S.A.” (“Escritura de Emissão”):

- I. como emissora e ofertante das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), objeto desta Escritura de Emissão (“Debêntures”):

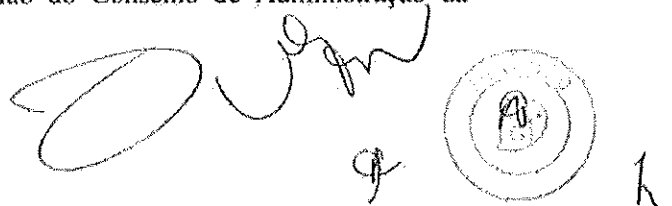
BRASIL TELECOM S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, 99 - 5º andar, parte, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 76.535.764/0001-43, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Companhia” ou “Emissora”); e

- II. como agente fiduciário, nomeado, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações (“Lei das Sociedades por Ações”), nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”): OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, (“Agente Fiduciário” ou “Oliveira Trust” e, em conjunto com a Companhia denominados como “Partes”);

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta”), serão realizadas com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the letters 'A' and 'B' in a stylized font. To the right of the stamp is a handwritten letter 'h'.

Companhia realizada em 06 de dezembro de 2011 ("RCA"); e na deliberação da reunião do Conselho Fiscal da Companhia realizada na mesma data.

2. REQUISITOS

2.1. A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação da ata da RCA.* A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 12 de dezembro de 2011 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico" em 15 de dezembro de 2011;
- II. *inscrição desta Escritura de Emissão e seus aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido arquivados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que uma via original desta Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCERJA deverá ser entregue ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) dias úteis após seu efetivo registro. Para fins de cumprimento do presente requisito, entende-se por "inscrição" dos eventuais aditivos à Escritura de Emissão o protocolo, na JUCERJA, do respectivo aditivo, para fins de arquivamento;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica, observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- V. *dispensa de registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio de comunicação de encerramento da Oferta à CVM, nos termos,

do artigo 8º da Instrução CVM 476, conforme modelo constante de seu anexo; e

- VI. *dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).* Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1. A Companhia tem por objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, conforme as concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas, podendo, na consecução de seu objeto social, incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como: (i) participar do capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações; (ii) constituir subsidiárias integrais para execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; (iii) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (iv) prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum; (v) efetuar atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vi) celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (vii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados para: (i) capital de giro, (ii) reestruturação e alongamento do perfil de endividamento da Companhia e (iii) realização do plano de investimentos – CAPEX da Companhia.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, que representam o valor de R\$2.350.000.000,00 (dois bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais) (“Garantia Firme”), nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação

e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Esforços Restritos de Colocação, da 8ª Emissão da Brasil Telecom S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação da Caixa Econômica Federal ("Coordenador Líder") e do BB-Banco de Investimento S.A. ("BB-BI" ou "Coordenador" e em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

5.2. *Prazo e Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Emissão, conforme definido abaixo, por meio do SDT por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.3. *Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas em uma única data, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

5.4. *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição, pelo Investidor Qualificado, observado o disposto nos artigos 13 e 15, da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a oitava emissão, sendo a sexta emissão pública, de debêntures da Companhia.

6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Oferta será de R\$2.350.000.000,00 (dois bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

6.3. *Quantidade.* Serão emitidas 2.350 (duas mil trezentas e cinquenta) Debêntures.

6.4. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo ("Valor Nominal Unitário").

6.5. *Séries.* A Emissão será realizada em série única.

6.6. *Forma, Comprovação de Titularidade e Banco Mandatário.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Itaú Corretora de Valores S.A., prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, sendo o banco mandatário das Debêntures o Itaú Unibanco S.A. ("Instituição Depositária" e "Banco Mandatário", respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a sucedê-las na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, esta expedirá extrato em nome do Debenturista, o qual servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

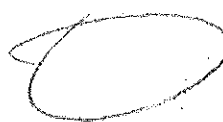
6.7. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

6.8. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares.

6.9. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data de sua efetiva subscrição e integralização ("Data de Emissão"). Previamente à liquidação da Oferta, a Escritura de Emissão será aditada para alterar este item 6.9, de modo a incluir a efetiva Data de Emissão.

6.10. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"). Previamente à liquidação da Oferta, a Escritura de Emissão será aditada para alterar este item 6.10, de modo a incluir a efetiva Data de Vencimento.

6.11. *Amortização do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em três parcelas anuais e consecutivas, nas datas de pagamento da Remuneração relativas ao 60º (sexagésimo) mês, ao 72º (septuagésimo segundo) mês e à Data de Vencimento, respectivamente, conforme tabela abaixo. Previamente à liquidação da Oferta, a Escritura de Emissão será aditada para alterar este item 6.11, de modo a incluir as efetivas Datas de pagamento.



Data de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
60º mês	33,3333%
72º mês	33,3333%
Data de Vencimento	33,3334%

6.12. Remuneração.

- I. *atualização monetária*: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado; e
- II. *juros remuneratórios*: sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extragrupo*, expressa na forma percentual ao ano – base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão, ou do último pagamento da Remuneração, até a data de seu efetivo pagamento. Farão jus à Remuneração os Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

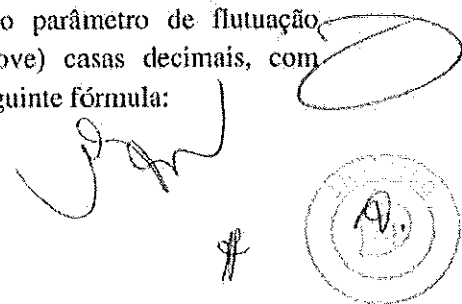
$$J = VNe \times (\text{FatorJuros}-1)$$

onde,

J = valor unitário dos juros, devido na data de seu efetivo pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:



$$\text{Fator Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (\text{TDI}_k)]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde,

$\text{spread} = 1,1500$; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data do efetivo pagamento, sendo " n " um número inteiro;

Observações:

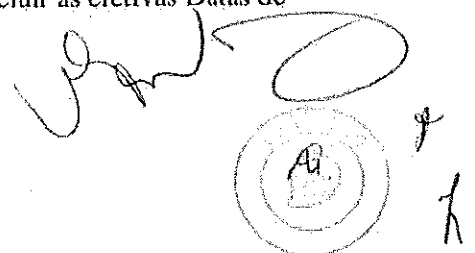
(a) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários ($1 + TDI_k$), sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o "Fator DI" resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão ($\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

6.12.1. *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 6.12.2., no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI por ocasião do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia, quanto pelos Debenturistas, quando houver divulgação posterior da Taxa DI.

6.12.2. *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, automaticamente, em substituição à Taxa DI, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares às Debêntures. Caso não haja uma taxa substituta para a Taxa DI, será utilizada a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, com prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias ("Taxa SELIC"). A apuração da Taxa SELIC será calculada pela Companhia e submetida, com a respectiva memória de cálculo, ao Agente Fiduciário, para que este convoque a Assembleia Geral de Debenturistas a fim de deliberarem sobre o cálculo.

6.12.3. *Pagamento da Remuneração.* A Remuneração será paga semestralmente, ocorrendo o primeiro pagamento no 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão e o último na Data de Vencimento. Previamente à liquidação da Oferta, a Escritura de Emissão será aditada para alterar este item 6.12.3, de modo a incluir as efetivas Datas de Pagamento.



6.13. *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.14. *Resgate Antecipado Facultativo Total.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, com aviso prévio de 10 (dez) dias úteis da data do evento, nos termos da Cláusula 6.24 abaixo, a ser enviado ao Agente Fiduciário, à Instituição Depositária, ao Banco Mandatário, aos Debenturistas, na forma de aviso, e à CETIP, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação (vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou último pagamento efetivo da Remuneração, até a data do efetivo resgate total antecipado ("Data do Resgate"), com o pagamento de um prêmio de resgate correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente compreendido entre a Data do Resgate e a Data de Vencimento ("Prêmio de Resgate"). Caso o pagamento acima citado aconteça por intermédio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.15. *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto (i) no artigo 13 da Instrução CVM 476, (ii) no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e (iii) nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação. Na hipótese de cancelamento de Debêntures, as Partes deverão celebrar um aditamento à presente Escritura de Emissão.

6.16. *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, todos aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.17. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.18. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

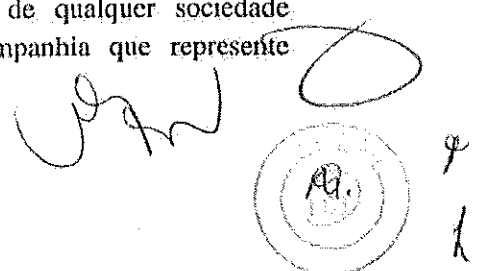
6.19. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.20. *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei, como se tal imunidade ou isenção tributária não existisse.

6.21. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por intermédio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

6.22. *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.22.1 e 6.22.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (e, ainda, quando for o caso, acrescido dos Encargos Moratórios), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- I. pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia que represente



individualmente, no mínimo, 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Companhia consolidado, conforme última informação financeira trimestral ou anual, devidamente revisada ou auditada por auditor independente, conforme o caso, enviada à CVM ("Controladas Relevantes");

- II. pedido de recuperação judicial, independentemente do deferimento de seu processamento ou da sua concessão pelo juiz competente, ou de recuperação extrajudicial, independentemente da homologação judicial do plano de recuperação, formulado pela Companhia ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, ou decretação de falência;
- III. alienação, prestação de garantia ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Companhia a quaisquer terceiros, exceto se feita (a) para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos, (b) em favor de sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, (c) no caso de alienação de bens ou direitos, se realizada em condições usuais de mercado (*arms lenght*), ou (d) no curso normal dos negócios da Companhia; e desde que tal alienação, prestação de garantia ou a constituição de ônus ou gravame sobre bens ou direitos da Companhia não comprometam o cumprimento das obrigações da Companhia perante os Debenturistas);
- IV. subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- V. liquidação ou dissolução da Companhia ou de qualquer uma de suas Controladas Relevantes;
- VI. cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Emissão;
- VII. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente à Emissão;
- VIII. não pagamento de qual(is)quer valor(es) devido(s) aos credores das Debêntures nas datas previstas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data devida;
- IX. vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Companhia ou de qualquer uma de suas Controladas Relevantes em valor

superior individualmente ou em conjunto, ao equivalente em moeda nacional, a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valores esses convertidos com base na taxa de venda PTAX800 divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativamente ao dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou o fator de conversão que vier substituí-la, salvo se, exclusivamente no caso de inadimplemento, o mesmo for sanado em até 15 (quinze) dias contados de sua ocorrência;

- X. falta de cumprimento por parte da Companhia ou por parte de qualquer uma de suas Controladas Relevantes, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Companhia de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações;
- XI. protesto de títulos contra a Companhia ou contra qualquer uma de suas Controladas Relevantes e que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do referido protesto pela Companhia ou por suas Controladas Relevantes, conforme o caso, cujos valores individuais ou em conjunto sejam superiores ao equivalente em moeda nacional a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valores estes calculados conforme o inciso IX acima;
- XII. ocorrência de qualquer sentença transitada em julgado, laudo arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante que verse sobre o pagamento em dinheiro de valor individual ou em conjunto igual ou superior ao equivalente em moeda nacional a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valor este calculado conforme o inciso IX acima, contra a Companhia ou suas Controladas Relevantes ou qualquer de seus bens, sem que haja liberação ou sustação com oferecimento de garantia ou caução em até 30 (trinta) dias contados do respectivo recebimento da sentença, laudo, mandado ou processo semelhante;
- XIII. (a) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não-renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pela Companhia ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Companhia; e (b) promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na revogação, término, apropriação, suspensão, modificação relevante e adversa ou cancelamento das concessões detidas pela Companhia ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes,

cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Companhia; (c) alteração no objeto social da Companhia que afete adversamente a sua capacidade de cumprir suas obrigações, bem como o incio de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas (a) ou (b) deste inciso XIII acima, que possa afetar adversamente o cumprimento das obrigações da Companhia previstas nesta Escritura de Emissão e que não sejam sanadas em um prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Companhia tiver ciência da respectiva ocorrência;

XIV. mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Companhia e/ou das Controladas Relevantes pela Companhia tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, excetuando-se as mudanças ocorridas em razão das operações divulgadas por meio de Fato Relevante datados de 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011 e 26 de agosto de 2011;

XV. ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer uma de suas Controladas Relevantes, exceto:

- (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou
- (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; ou
- (c) por operações de reorganização societária (incluindo incorporações, cisões ou fusões) envolvendo exclusivamente a Companhia e/ou Controladas Relevantes, excetuando-se as aquelas ocorridas em razão das operações divulgadas por meio de Fato Relevante datados de 24 de maio de 2011, 1º de agosto de 2011, 17 de agosto de 2011 e 26 de agosto de 2011; ou
- (d) mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Companhia, que não resulte na redução de dois dos três *ratings* da Companhia em pelo menos dois níveis ("notches"), em relação aos seus *ratings* no momento imediatamente anterior à publicação de fato

relevante sobre a alteração de controle. Para os fins do disposto na presente alínea, a convocação das agências de *rating*, para que seja realizada a atualização do *rating* da Emissão, deve ser feita em até 10 dias, contados da data que seja publicado o fato relevante sobre a alteração do controle em questão, sob pena de, em não sendo feita a referida convocação, o Agente Fiduciário poder declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

XVI. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária não sanada no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento (a) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, com exceção (i) da obrigação prevista na Cláusula 7, II, "b", a qual deverá ser sanada no prazo de 4 (quatro) dias contados da data prevista para fornecimento e/ou disponibilização de tal(is) informação(ões); e (ii) das obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura de Emissão;

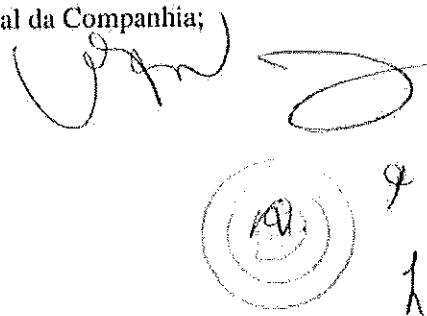
XVII. transformação da forma societária da Companhia;

XVIII. não observância, pela Companhia, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados anualmente pela Companhia, conforme previsto na cláusula 7.1, XIX, e revisados pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia:

- (a) do índice financeiro de alavancagem máxima, decorrente do quociente da divisão da Dívida Total pelo EBITDA, que deverá ser inferior a 4,50 (quatro inteiros e cinco décimos) vezes conforme última informação financeira anual, devidamente revisada ou auditada por auditor independente;
- (b) do índice de cobertura do Serviço da Dívida, decorrente do quociente da divisão do EBITDA pelo Serviço Dívida, que deverá ser igual ou superior a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos) conforme última informação financeira anual, devidamente revisada ou auditada por auditor independente.

Para os fins deste inciso:

"Dívida Total" significa o Endividamento Oneroso total da Companhia;



“EBITDA” significa, para os quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais da Companhia, cada qual um “período contábil”, o somatório (sem qualquer duplicidade) (i) do resultado operacional para determinado período contábil (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários); (ii) dos seguintes fatores deduzidos para fins de determinação do resultado operacional: (1) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período contábil; (2) receitas financeiras provenientes de outras atividades inerentes ao seu negócio, quer seja: o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Companhia;

“Serviço da Dívida” significa a soma dos juros da Dívida Total pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Companhia, mas apenas registro contábil); e

“Endividamento Oneroso” significa o somatório do saldo de Empréstimos e Financiamentos, de Debêntures, de Notas Promissórias (*Commercial Papers*), de instrumentos derivativos e de títulos emitidos no mercado internacional (*Bonds, Eurobonds*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo do balanço consolidado da Companhia.

6.22.1. A Companhia obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

6.22.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos I, II, V, VIII, XII e XIII da Cláusula 6.22 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, e deverá haver entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Companhia.

6.22.3. Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.22.2 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em Lei. Se, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de

Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

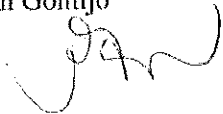
6.22.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido do Prêmio de Resgate e da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou último pagamento efetivo da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento (e, ainda, quando for o caso, acrescido dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento acima citado aconteça por intermédio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.23. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal "Valor Econômico" informando aos Debenturistas de sua substituição.

6.24. *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Brasil Telecom S.A.
Rua Humberto de Campos, n.º 425 – 8 andar
CEP 22430-190 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Bayard De Paoli Gontijo
Tel.: (21) 3131-2183



Fax: (21) 3131-1383
E-mail: bayard.gontijo@oi.net.br

II. para o Agente Fiduciário:

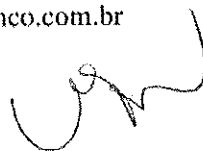
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205
CEP 22640-100 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Gustavo Dezouart
Tel.: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099
E-mail: agente@oliveiratrust.com.br e
gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br

III. para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 – 10º andar – Torre
Eudoro Villela
CEP 04309-010 – São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Tel.: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

IV. para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 – 10º andar – Torre
Eudoro Villela
CEP 04309-010 – São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Vasconcellos
Tel.: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br



6.24.1. O Agente Fiduciário está autorizado, mas não obrigado, a verificar ou confirmar se o remetente de qualquer comunicação em nome de qualquer das partes é uma pessoa autorizada pelas mesmas. As partes, ao utilizarem fac-símile ou correio eletrônico, declaram ter ciência de que tais meios eletrônicos de comunicação não são totalmente seguros e que os dados transmitidos podem extraviar ou ser interceptados e/ou acessados por terceiros não autorizados. O Agente Fiduciário não se responsabiliza pela segurança e/ou confidencialidade dos dados enviados para as partes acima mencionadas mediante o uso desses meios eletrônicos de comunicação, assim como não garante a efetiva recepção de tais dados.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1. A Companhia está adicionalmente obrigada a:

I. disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.novaoi.com.br/ri):

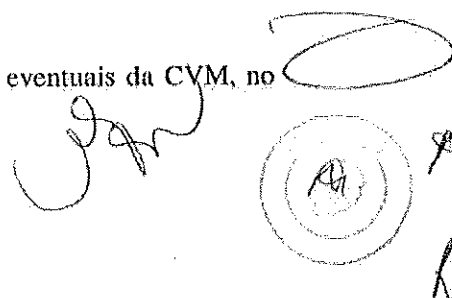
- (a) no prazo de até 1 (um) dia útil após o que ocorrer primeiro entre 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Companhia") , (2) relatório contendo a memória de cálculo dos índices financeiros para fins de verificação da cláusula 6.22 acima, inciso XVIII acima e (3) Declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento, tanto pela Emissora quanto por suas Controladas Relevantes, das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão;
- (b) no prazo de até 1 (um) dia útil após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Companhia") e, em conjunto com as Demonstrações Financeiras

Consolidadas Auditadas da Companhia, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia");

- (c) nas mesmas situações previstas e nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), ou, caso ali não estiverem previstos quaisquer prazos, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que foram realizados, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Companhia, assim como extratos de atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que forem disponibilizados por meio do Sistema IPE da CVM;
- II. fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
 - (b) imediatamente após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento; e
 - (c) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada.
- III. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos trimestralmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- IV. informar ao Banco Mandatário a realização de qualquer pagamento antecipado em decorrência do disposto na Cláusula 6.14 acima ou na Cláusula 6.22 acima, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- V. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos

destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

- VI. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se a não manutenção de tais autorizações e licenças não afetar de forma adversa e material a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VIII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- IX. manter os ativos operacionais relevantes da Companhia e das Controladas Relevantes adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Companhia;
- X. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SND, arcando com os respectivos custos;
- XI. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a estes, o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e o Banco Mandatário;
- XII. utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4 acima;
- XIII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente acordado com a Companhia nos termos da Cláusula 8.4 abaixo;
- XIV. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no



prazo de até 1 (um) dia útil contado da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5, inciso XIII;

- XV. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia;
- XVI. convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XVII. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XVIII. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
 - (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à CETIP suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (d) por um prazo de 3 (três) anos, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de

tal ato ou fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder e à CETIP; e

(g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e

XIX. para fins da Cláusula 6.22, inciso XVIII acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados e encaminhados anualmente pela Companhia ao Agente Fiduciário, ao término do exercício anual, tendo por base as demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados do grupo da Companhia, incluindo suas controladas, controladoras, auditados ou revisados por auditores independentes, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo, elaborado pela Companhia, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e de declaração assinada por dois diretores da Companhia atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente

assumida pelo Agente Fiduciário;

- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que não efetuou nenhum procedimento de verificação independente;
- VII. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28; e
- XI. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções.
- XII. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, presta serviços de agente fiduciário à TELEMAR NORTE LESTE S.A., sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia, em sua 2ª emissão privada de debêntures da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da TNL PCS S.A., em até 5 séries, no volume total de R\$54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais), mediante emissão de 5.400 (cinco mil e quatrocentas) debêntures, na data de emissão, sendo certo que, até o presente momento, foram emitidas 1.108 (mil, cento e oito) debêntures da 1ª série e 1.966 (mil, novecentas e sessenta e seis) debêntures da 2ª série, ambas com vencimento em 05 de julho de 2021; e
- XIII. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, presta serviços de agente fiduciário à TELEMAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia, em sua 10ª emissão pública de debêntures da espécie com garantia real, em série

única, no volume total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na data de emissão, mediante emissão de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com vencimento em 05 de outubro de 2018.

8.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3. Nas hipóteses de substituição, de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras, conforme o caso:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento

aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;

- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.23 e 6.24; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Companhia:

8.4.1. O valor de (a) R\$10.000,00 (dez mil reais), anuais, sendo a primeira parcela devida em 5 (cinco) dias úteis após a assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures ou enquanto a Oliveira Trust representar os interesses dos Debenturistas.

8.4.2. O pagamento das parcelas de remuneração acima deverão ser feitos à Oliveira Trust, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que a Oliveira Trust receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

8.4.3. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IPCA ou, nas sua falta, ou impossibilidade de aplicação, pelo

índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata temporis*.

8.4.4. Caso a Companhia não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos titulares das Debêntures, (ii) comparecimento em reuniões com a Companhia e/ou com os titulares das Debêntures; (iii) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Companhia, e para (iv) a execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Companhia ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo do tempo dedicado, com o limite total de R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês durante o período em que a Companhia permanecer nesta situação.

8.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata die*.

8.4.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento das obrigações da Companhia.

8.4.7. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo, mas não se limitando, a despesas com viagens e estadias, extração de certidões, notificações, publicações, entre outros.

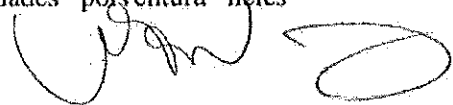
8.4.8. O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere a Cláusula 8.4.7 acima por um período superior a 60 (sessenta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção dos seus créditos e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrente de ações contra ele propostas no exercício da sua função ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas,

depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência das ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como sua remuneração e excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção dos seus créditos, ficando, desde já, estipulado, que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção dos seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus, somente, à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Companhia a diferença entre a remuneração recebida e aquela que fez jus.

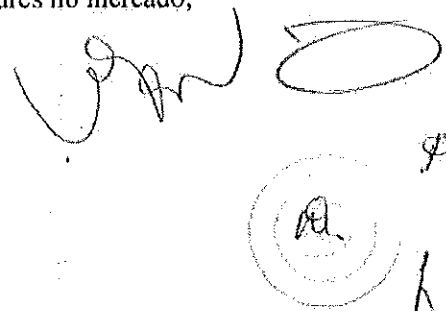
8.4.9. O pagamento da remuneração ao Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno.

8.5. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

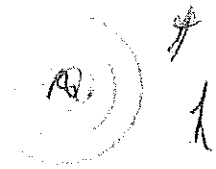
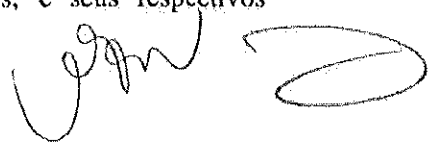
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que não efetuará nenhum procedimento de verificação independente;
- VI. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;



- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- X. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XI. convocar, conforme previsto na Cláusula 9.3, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas e enviar à Companhia, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- XII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à Companhia, no prazo de 1 (um) dia útil, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;
- XIII. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia e, em especial, os Índices Financeiros;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;



- (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
 - (f) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
 - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (i) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período; e
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XV. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.23, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;
- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;



XVII. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e

XX. calcular, em conjunto com a Emissora, o Valor Unitário das Debêntures, e disponibilizá-lo diariamente aos Debenturistas, à Companhia e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

8.6. No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

II. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;

III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.7. Observado o disposto nas Cláusulas 6.22, 6.22.1, 6.22.2, 6.22.3 e 6.22.4 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das

Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

9.3. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.23 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso de presença da totalidade dos Debenturistas.

9.4. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.5. A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais ou àquele que for designado pela CVM.

9.6. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação.

9.6.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, exceto aqueles previstos na Cláusula 8.7 acima, que observarão o disposto na regulamentação

aplicável; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.12.2. acima; (c) de quaisquer datas de vencimento e/ou de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) das condições financeiras do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme previstas na Cláusula 8.7 acima; e (e) de qualquer Evento de Inadimplemento.

9.7. Para os fins de cálculo dos quóruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Companhia ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.

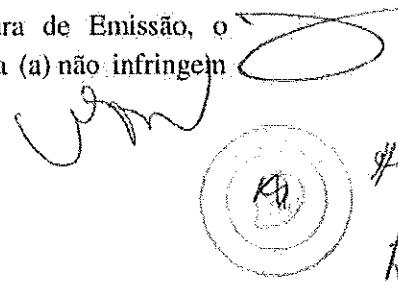
9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1. A Companhia neste ato declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias, para celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes legitimamente outorgados bastantes para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta (a) não infringem



seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa, quaisquer de seus bens ou propriedades; (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- VI. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- VII. as informações constantes do formulário de referência elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na Internet ("Formulário de Referência") são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados, uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- VIII. o Formulário de Referência (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores Qualificados, da Companhia e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Companhia e quaisquer outras informações relevantes; e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- IX. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia ou às Debêntures não divulgados no Formulário de Referência cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- X. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência exclusivamente em relação à Companhia foram ou serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- XI. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos

e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Companhia, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

- XII. as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- XIII. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XIV. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XV. possui, assim como suas Controladas Relevantes, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- XVI. exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa ter um efeito adverso relevante na

capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;

XVII. o registro de companhia aberta da Companhia está atualizado perante a CVM; e

XVIII. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

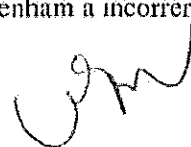
10.2. A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inconsistência, imprecisão, incorreção ou insuficiência de quaisquer das suas declarações prestadas, nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.3. A Companhia, assim que tomar ciência do fato, obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10.1. acima torne-se falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

11.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos razoáveis incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária, do Banco Mandatário e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, inclusive para a cobrança do crédito e das demais obrigações previstos nesta Escritura de Emissão ("Despesas").

11.2. A Companhia obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.



12. RENÚNCIA

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Companhia prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

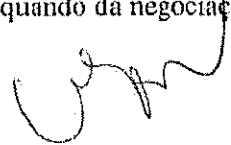
13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

14.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

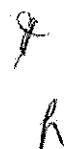


14.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Companhia ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Companhia recaindo sobre esta obrigação legal e regulamentar de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

14.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

14.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

14.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão.



14.7. O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária, desde que arbitrados em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.

15. FORO

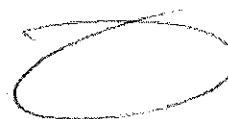
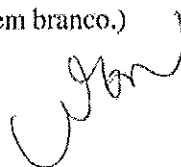
15.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2011.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oitava Emissão de Brasil Telecom S.A., celebrada em 16 de dezembro de 2011 entre Brasil Telecom S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Página de Assinaturas 1/3.

BRASIL TELECOM S.A.

Nome:

Cargo:

Flavio Nicolay Guimarães
CPF: 176.094.188-38

Nome:


Cargo:

Ana Carolina G. L. da Silveira
CPF: 021.132.077-37




Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oitava Emissão de Brasil Telecom S.A., celebrada em 16 de dezembro de 2011 entre Brasil Telecom S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Página de Assinaturas 2/3.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: _____
Cargo: Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor



Nome: _____
Cargo: Maria Eunice M. M. de Farias Mello
Procuradora



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oitava Emissão de Brasil Telecom S.A., celebrada em 16 de dezembro de 2011 entre Brasil Telecom S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Nathália Guedes Esteves
Nome: NATHÁLIA G. ESTEVES
Id.: 20 956 806-2
CPF: 107 606 197-43

Ubirajara Lima de Mello Jr.
Nome: UBIRAJARA LIMA DE MELLO JR.
Id.: 04555819-9
CPF: 536 178607-10



9-A